

Grandes Opções do Plano e Orçamento**Apresentação****Nota Introdutória**

A elaboração da presente proposta de orçamento, surge num contexto económico-financeiro de grandes dificuldades, em que as Autarquias se vêm confrontadas com um desafio crescente de trabalhar mais e melhor, com cada vez menos receita disponível para poder satisfazer as necessidades das populações.

Com efeito, em termos do Orçamento de Estado para 2012 são anunciadas, na proposta de lei, um conjunto de medidas de consolidação orçamental no sentido de reduzir o défice das contas públicas que assentam na contenção de despesa, a qual prevê uma redução significativa nas transferências da Administração para as Autarquias e, simultaneamente obriga a um maior esforço na redução da despesa corrente e de capital, condicionando ainda mais o funcionamento e a intervenção das Autarquias nos diversos domínios das suas competências.

Estamos perante tempos de grande exigência e adversidade, que nos obrigam a um maior rigor e seletividade na despesa, exigindo de todos nós um crescente empenho e compromisso face aos importantes desafios que se avizinham e que terão um impacto directo na trajectória do desenvolvimento traçado para os próximos anos.

Rigor e reforço das finanças municipais, com vista a assegurar o equilíbrio e a estabilidade financeira no longo prazo, continuam a ser objetivos que têm de marcar obrigatoriamente a política orçamental do Município condicionada ao cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro em vigor, não obstante o controlo e a redução sistemática da dívida global efetuada ao longo dos dois últimos anos, a qual permitiu que o prazo médio de pagamentos a fornecedores fosse pela primeira vez inferior a 60 dias.

Para manter o rumo de recuperação das finanças municipais iniciado nos dois últimos anos, num cenário de quebra acentuada da receita, continua a ser preocupação neste orçamento ajustar a despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município.

Não obstante, tendo em conta as principais prioridades decorrentes das “Linhas Estratégicas de Desenvolvimento” do plano de atuação definido para o quadriénio de 2010-2013, o valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano, apresentado para 2012, é de 10, 2 milhões de euros, dos quais 8,1 milhões referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 2,1 milhões de euros ao conjunto de ações identificadas como mais relevantes. Um esforço significativo com vista a concretizar as prioridades da atividade municipal para 2012 assentes nos mais diversos domínios, designadamente no âmbito da ação social, educação, emprego, regeneração urbana e ambiente.

Uma aposta atenta às necessidades dos munícipes, que privilegia uma visão ampla e global com concentração de meios nas principais prioridades do investimento e da atividade municipal, com vista a um futuro mais promissor para todos os paivenses.

O Presidente da Câmara,

Gonçalo Rocha

Organização e Conteúdo

A proposta de orçamento do Município de Castelo de Paiva, para o ano de 2012, obedecendo ao estabelecido no POCAL encontra-se estruturada do seguinte modo:

Grandes Opções do Plano (GOP);
Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
Plano das Actividades Mais Relevantes (PAR).

▪ As Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e o plano das actividades mais relevantes da gestão autárquica.

A organização das GOP integra, em termos de quantificação da actividade municipal:

- O Plano Plurianual de Investimentos, que perspectiva os projectos/acções com contrapartida em despesas de investimento;
- O Plano das Actividades Mais Relevantes que englobam todas as restantes despesas de Plano e que não são consideradas despesas de funcionamento corrente, nem despesas de investimento.

As GOP integram, assim, a globalidade das actividades a desenvolver no ano de 2012, incluindo os projectos/acções do PPI e as actividades consideradas mais relevantes.

Este documento permite de modo agregado por "*Objectivo*" e por "*Programa*" o conhecimento do Plano Anual de Actividades com o grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa de meios financeiros disponíveis. Os projectos/acções incluídos têm, à semelhança do PPI e PAM, ligação directa ao Orçamento através de rubricas orçamentais.

▪ O Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1. do D.L. nº 54-A/99. O Plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de quatro anos e inclui todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respectiva previsão de despesa.

O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta, apenas, aos projectos/acções financiados por despesas de investimentos (código POCAL 07 – Aquisição de Bens de Capital), os quais constituem a globalidade dos investimentos a realizar pelo Município de Castelo de Paiva.

A tipologia destes projectos, que permitem o tratamento plurianual, resume a parte central dos montantes anuais dispendidos na actividade municipal e correspondem à maioria das Despesas de Capital (as restantes Despesas de Capital estão incluídas no Plano das Actividades Mais Relevantes, nos Activos e Passivos Financeiros).

- O Plano das Actividades Mais Relevantes

Inclui as restantes despesas da actividade do Município, com excepção das despesas incluídas no PPI e das despesas consideradas de funcionamento corrente, serviço da dívida com empréstimos e Passivos Financeiros. Deste modo, adopta-se a mesma estrutura de quadros, codificações, classificações e responsáveis previstos no PPI.

Estrutura do Orçamento

A estrutura da proposta de orçamento para 2012 tem como base de organização, para além da codificação orçamental e demais quadros determinados pelo POCAL, a estrutura dos serviços (Unidades Orgânicas) em vigor no Município, obedecendo à seguinte decomposição:

- 01.01 – Assembleia Municipal
- 01.02 – Operações Financeiras
- 01.03 – Câmara Municipal

Esta estrutura valoriza a dimensão política do orçamento, e simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos serviços pela execução do seu orçamento e, consequentemente, pelos resultados a alcançar.

Apresentação Geral do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico revê-se nas condicionantes impostas por força da crise que Portugal atravessa, dando continuidade ao trabalho de rigor e reforço da consolidação das finanças municipais imposto pelo Plano de Saneamento Financeiro em curso, com vista a assegurar a sustentabilidade financeira no longo prazo.

Em termos de valores, a receita e a despesa para o ano de 2012, segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica "**Despesa e Receita Corrente**" "**Despesa e Receita de Capital**" é a que a seguir se apresenta:

Descrição	Receita	Despesa
Corrente	9.800.465,36 €	9.800.465,36 €
Capital	9.490.402,58 €	9.490.402,58 €
TOTAL	19.290.867,94 €	19.290.867,94 €

Face a 2011, o Orçamento apresentado de **19.290.867,94 euros**, apresenta uma poupança de cerca de 2,5 milhões de euros, como resultado da redução da despesa corrente em cerca de 10%.

Para o próximo ano, será de salientar uma maior seletividade da despesa de capital, com vista a potenciar a utilização das oportunidades de captação de fundos comunitários e uma redução significativa na generalidade das despesas correntes, no sentido de restabelecer o equilíbrio orçamental das finanças municipais, e simultaneamente cumprir com as metas de redução de despesa estipuladas no Plano de Saneamento Financeiro, visado pelo Tribunal de Contas em Março de 2011.

Em termos de estrutura da receita e da despesa, verifica-se que a receita/despesa corrente representam cerca de 51% do total orçado e a receita/despesa de capital ascendem a 49%.

Previsão das Receitas

A receita total prevista para o ano de 2012, totaliza 9,8 milhões de euros de receita corrente e 9,5 milhões de euros de receita de capital.

No cálculo das **Receitas Correntes**, foram consideradas:

- a) Receitas calculadas de acordo com a média dos últimos 24 meses (POCAL).
- b) Transferências correntes (participação do Município nas receitas do Estado, incluindo o FSM consignado ao financiamento de despesas associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou acção social; comparticipação da DREN de despesas com educação devidas pelas competências transferidas para os Municípios).
- c) Taxas e tarifas.
- d) Rendimentos de propriedade
- e) Vendas de bens e serviços correntes.
- f) Outras receitas correntes.

No cálculo das **Receitas de Capital**, foram consideradas:

- a) Vendas de bens de investimento, pelo recurso à alienação de património, sobretudo do edificado, não utilizado e não essencial às atribuições do Município.
- b) Transferências de capital (participação do Município nas receitas do Estado e comparticipações dos fundos comunitários relativas a projectos/candidaturas contratualizadas).
- c) Activos financeiros.
Passivos Financeiros.
- d) Outras receitas de capital.

Em termos globais, a receita prevista reparte-se da seguinte forma:

Receitas Correntes				Receitas de Capital			
Rúbricas		2012	%	Rúbricas		2012	%
01	Impostos Directos	785.250,00 €	4,1%	09	Venda de Bens de Investimento	4.413.026,35 €	22,9%
02	Impostos Indirectos	2.335,24 €	0,0%	10	Transferências de Capital	2.707.640,45 €	14,0%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	240.645,88 €	1,2%	11	Activos Financeiros	50.000,00 €	0,3%
05	Rendimentos de Propriedade	310.889,65 €	1,6%	12	Passivos Financeiros	2.300.000,00 €	11,9%
06	Transferências Correntes	4.151.949,44 €	21,5%	13	Outras Receitas de Capital	19.735,78 €	0,1%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	1.986.027,79 €	10,3%				
08	Outras Receitas Correntes	2.323.367,36 €	12,0%				
Total:		9.800.465,36 €	50,8%	Total:		9.490.402,58 €	49,2%
Total Geral 2012:		19.290.867,94 €	100%				

Para 2012 estima-se que a receita municipal ascenda a 19, 2 milhões de euros, representando um decréscimo de 12% relativamente ao ano anterior, pela previsão de redução quer das receitas correntes, quer das receitas de capital.

Da receita total, prevê-se que 9,8 milhões de euros tenham origem em receitas correntes e 9,5 milhões em receitas de capital.

A receita corrente esperada apresenta um decréscimo de 10,23% relativamente ao ano de 2011, pelo efeito acumulado do decréscimo das transferências recebidas do estado, impostos directos, venda de bens e serviços correntes, taxas multas e penalidades, muito devido à conjuntura recessiva que o país atravessa, a qual se prevê que venha a agravar-se no próximo ano.

Com efeito, a redução com maior impacto em termos absolutos na receita total para 2012, traduz-se na diminuição em cerca de 282 mil euros nas transferências da Administração Central, em função do previsto na proposta do Orçamento de Estado para 2012.

Sendo esta a principal fonte de receita do município, uma vez que representa cerca de 36% do valor, a acumulação de mais um corte nesta rubrica passa a representar uma quebra de 14% nas receitas recebidas do estado, se considerarmos os cortes já efetuados no ano anterior no âmbito do PEC, o que condiciona ainda mais a actividade do Município no próximo ano, e obriga a uma maior rigor e selectividade na despesa para o próximo ano.

De referir ainda, na rubrica de "*Passivos Financeiros*" inscreveu-se o valor que se prevê utilizar do empréstimo de médio e longo prazo contratualizado no âmbito do Saneamento Financeiro.

Previsão das Despesas

A despesa municipal para 2012, reparte-se do seguinte modo: cerca de 9,8 milhões de euros referem-se a despesa corrente e 9,5 milhões de euros a despesa de capital.

Em termos globais, prevê-se que ascenda a 19,2 milhões de euros, a que corresponde um decréscimo de 12% face ao ano transacto.

Na previsão das despesas para 2012, foram consideradas as seguintes despesas:

- a) Encargos de funcionamento:
 - Despesas com pessoal
 - Aquisição de bens e serviços
 - Outras despesas correntes
- b) Serviço da dívida
 - Juros
 - Amortizações
- c) Investimento Global
 - Aquisição de bens de capital (PPI)
 - Transferências de capital (incluindo a delegação de competências nas freguesias)
 - Activos Financeiros
 - Outras Despesas de Capital
- d) Transferências correntes/Subsídios (incluindo a delegação de competências nas freguesias)

Em termos globais, a **despesa prevista** reparte-se da seguinte forma:

Despesas Correntes				Despesas de Capital			
Rúbricas		2012	%	Rúbricas		2012	%
01	Despesas com Pessoal	3.596.506,81 €	18,6%	07	Aquisição de Bens de Capital	8.088.182,44 €	41,9%
02	Aquisição de Bens e Serviços	3.889.218,69 €	20,2%	08	Transferências de Capital	416.484,39 €	2,2%
03	Juros e Outros Encargos	961.024,80 €	5,0%	09	Activos Financeiros	73.545,00 €	0,4%
04	Transferências Correntes	1.222.258,46 €	6,3%	10	Passivos Financeiros	504.999,37 €	2,6%
05	Subsídios	100,00 €	0,0%	11	Outras Despesas de Capital	407.191,38 €	2,1%
06	Outras Despesas Correntes	131.356,60 €	0,7%	Total:		9.490.402,58 €	49,9%
Total:		9.800.465,36 €	50,8%				
Total Geral 2012:		19.290.867,94 €	100,0%				

No que se refere à despesa total, os encargos de funcionamento absorvem cerca de 37% dos recursos, sendo no entanto de destacar que, face a 2011, este tipo de despesa sofreu um corte de cerca de 468 mil euros, essencialmente suportado pela redução nas rubricas de "Despesas c/Pessoal", "Aquisição de Bens e Serviços" e de "Outras Despesas Correntes", respetivamente de 7%, 4% e 17%.

No que se refere ao serviço da dívida, no ano de 2012, é expectável que atinja 1,46 milhões de euros, sendo de destacar uma redução de cerca de 47% em relação ao anterior, o que representa uma poupança de aproximadamente 1,3 milhões de euros.

Em termos globais, para o investimento serão canalizados cerca de 43% dos recursos financeiros do Orçamento previsto para 2012, referindo-se, essencialmente, a investimentos já contratualizados no âmbito do QREN, bem como outros investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos cujo financiamento não se encontra, à data, definido, contemplando designadamente: "Área de Acolhimento Empresarial da Cruz da Carreira", "Centro Escolar do Couto Mineiro do Pejão" e a "Requalificação de Arruamentos Urbanos".

A este nível, será igualmente de referir que a execução dos investimentos em causa será efetuada na exacta medida em que forem asseguradas as fontes de financiamento no âmbito do QREN destinadas a este tipo de investimentos.

No que concerne às transferências, e mais concretamente no âmbito da cooperação com as Juntas de Freguesia, consideramos que, apesar da acentuada perda de receita que o Município vai sofrer, é importante manter o mesmo valor das transferências para as freguesias, que para além dos protocolos de delegação de competências no âmbito da "*Limpeza e Manutenção das Vias Municipais*", "*Conservação e Manutenção de Edifícios Escolares*" e "*Aquecimento de Edifícios Escolares*", refletem ainda o protocolo de colaboração no âmbito dos transportes escolares (ensino básico) de acordo com os critérios de apoio definidos pela DREN.

Não obstante se verificar uma diminuição nesta rubrica em virtude da dívida liquidada no ano de 2011, será de manter dentro das actuais possibilidades orçamentais, o apoio do Município às actividades de maior relevo cultural,

educacional e desportivo, e por essa via, assegurar a colaboração com as Associações, Colectividades e Instituições do Concelho.

PROPOSTAS

Em cumprimento do estabelecido na Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, nomeadamente na alínea b) do nº 2 do artigo 53º e alínea c) do artigo 64º, é esta a proposta de **Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2012** que se apresenta, a qual contém também o **Plano de Investimentos**, o plano das **Actividades Mais Relevantes** que a Câmara Municipal pretende realizar em 2012, e o **Quadro do Pessoal do Município**,

Requerendo-se à Assembleia Municipal

- Que aprove aqueles documentos;
- Que revogue os artigos 103.º, 104.º e 105.º da Tabela de Taxas Pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviço Municipais, que respeitam às taxas da prestação de serviços no âmbito do saneamento e do abastecimento domiciliário de água, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2012;
- Que, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais, e em cumprimento do programa de saneamento financeiro em vigor, se actualize o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respectivos, de acordo com a taxa de inflação de 3,1% prevista no Relatório do OE para o ano de 2012, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2012;
- Que, para uma mais eficiente e pronta concretização dos objectivos e projectos neles contemplados (com o concomitante benefício para o Município e para a sua população), conceda as seguintes:

AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS:

- autorização para a Câmara Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, realizar por administração directa (sem prejuízo de, em alternativa ou cumulativamente, recorrer ao concurso de empreitada) obras ou reparações de valor superior ao previsto no referido n.º 2, do artigo 18.º;
- autorização, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, e alíneas f) e g) do n.º1 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para a Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar (por venda, doação ou permuta) bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, mesmo quando a alienação não decorra da execução das opções do plano, recorrendo-se sempre, quanto à alienação, ao processo de hasta pública, dispensando-se esta quando se aplique regulamentação própria, quando esteja em causa a permuta por interesse do Município e a doação para cumprimento de acordos com a Administração Central, com instituições, com cooperativas e com autarquias para a construção de equipamentos de índole social ou de interesse público;
- autorização, nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para a Câmara Municipal delegar nas Juntas de Freguesia, sempre que tal se mostre aconselhável e resulte em benefício do Município, competências previstas nas opções do plano relativas ao ensino pré-escolar, ao ensino primário, à higiene e saúde pública, à viação rural, e outras que se enquadrem nos programas da autorização concedida

para a realização de obras por administração directa, com a concomitante transferência dos respectivos meios financeiros, bem como para diferir para 2013 os encargos assumidos com as obras delegadas nas Juntas de Freguesia, de acordo com o decurso da empreitada e as disponibilidades financeiras do Município;

- **autorização, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do n.º 7 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para a Câmara Municipal contrair empréstimos de curto prazo até ao limite fixado no n.º 1 do artigo 39.º da referida Lei n.º 2/2007, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, garantindo os pagamentos atempados na execução de projectos comparticipados pelos Fundos Comunitários.**

Castelo de Paiva, 6 de Dezembro de 2011